



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS  
PRÓ REITORIA DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO

**PROGRAMA ANALÍTICO E EMENTA DE DISCIPLINA DA PÓS GRADUAÇÃO**

IDENTIFICAÇÃO						
Disciplina <b>Solidariedade como elemento de efetivação dos direitos sociais</b>						Código
Departamento Faculdade de Direito						Sigla da Unidade FD
Professor Responsável pela Disciplinas Dr. Guilherme Camargo Massau						Matrícula do SIAPE 1945719
Outros Professores Envolvidos						
Semestre Letivo	Duração em Semanas	Carga Horária Semanal				Carga Horária Total 68h
I ( ) II ( )	17	Teóricas 68h	Exercício	Prática	Total 68h	Número de Créditos 4
Pré-Requisitos						

EMENTA	
A disciplina discute a problemática da efetivação dos direitos sociais constantes da Constituição Federal Brasileira de 1988. Para tanto, utilizar-se-á a ideia de solidariedade para dialogar com a efetivação dos direitos sociais no contexto brasileiro, já que a própria Constituição possui como objetivo fundamental constituir uma sociedade solidária. Para isso, é preciso o esforço de tornar pleno o acesso e a prestação estatal em relação aos direitos sociais.	
CURSOS PARA OS QUAIS É MINISTRADA	
1. Programa de Pós-graduação em Direito 2. 3. 4. 5. 6.	(OP) <sup>1</sup> ( ) ( ) ( ) ( ) ( ) ( )
Obs. 1 = (OA) Obrigatória (OP) Optativa (AC) Área de Concentração (DC) Área de Domínio Conexo	

____/____/____ Data		_____ Assinatura do Responsável pela disciplina
APROVAÇÃO		
Departamento		
____/____/____ Data		_____ Assinatura do Chefe do Depto e carimbo
COCEPE		
____/____/____ Nº da Ata da Reunião	____/____/____ Data da Aprovação	_____ Assinatura do Diretor Departamento de Pós Graduação e carimbo



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS  
PRÓ REITORIA DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO

PROGRAMA ANALÍTICO	
Unidades e Assuntos	Nº de Horas Aulas
<b>Apresentação do programa, leituras e atividades previstas (16/03)</b> - visão crítica – pensar o direito a partir da realidade brasileira; - alcance de precisão técnica; - temática pouco abordada pelos juristas pátrios; - qual sistema jurídico é o brasileiro; - a CF como fundamento para compreender sua normatividade;	4h
<b>Unidade I</b> Estrutura social da Constituição (23/03, 30/03 e 06/04) 1.1 Elementos essenciais ao Direito e ao Estado; 1.2 Estado constitucional; 1.3 Estado social; 1.4 Estado social republicano; 1.5 Problemática da <i>pseudo</i> -teoria brasileira dos direitos sociais	12h
<b>Unidade II</b> Suporte fático do Art. 3º, I, da CF: solidariedade; (13/04, 27/04 e 04/05) 2.1 Tópica constitucional; 2.2 Princípio-objetivo; 2.3 Construção; 2.4 Sociedade; 2.5 Solidária;	12h
<b>Unidade III</b> Incidência do suporte fático: problemática (11/05 e 18/05) 3.1 Critério hermenêutico; 3.2 Critério de eficácia; 3.3 Critério de efetividade;	8h
<b>Unidade IV</b> Delimitação de solidariedade na CF; (25/05 e 01/06) 4.1 O dever fundamental de pagar impostos; 4.2 Voluntariado; 4.3 Serviço militar obrigatório e objeção de consciência;	8h
<b>Unidade V</b> Classificação dos direitos fundamentais (sociais) (08/06)	4h
<b>Unidade VI</b> Direitos sociais e seu viés solidário (22/06 e 29/06) 6.1 Característica dos direitos sociais; 6.2 Problemas sociais 6.3 Daseinvorsorge (direito de subsistência)	8h
<b>Unidade VII</b> Direitos sociais e seu viés prestacional (06/07)	4h
Avaliações	4h

<p><b>Trabalhos</b> (Valor 10,0)</p> <p><b>Seminário no máximo 30 minutos</b> (Valor 10,0)</p> <p><b>Entrega</b> de artigo: 25/09/2020 (Valor 10,0) – envio para o email uassam@gmail.com em formato PDF.</p> <p><b>Regras:</b> Arial 12, citação autor-data, mínimo de 15 e máximo de 20 páginas.</p> <p><b>Critérios de correção do paper:</b></p> <p>Critério formal (formatação) 0-2 pontos</p> <p>Critério material (qualidade de raciocínio jurídico e de argumentação) 0-5 pontos</p> <p>Qualidade bibliográfica (só nacional – 0-2) (nacional + 2 ou mais obras estrangeiras editadas no idioma original 0-3)</p> <p style="text-align: center;"><b><u>Regras de aula:</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Na primeira aula será pactuada a dinâmica de aula;</li> <li>- A frequência será cobrada de forma rigorosa e os prazos para a entrega de trabalhos não serão flexibilizados para atender demandas individuais. Os prazos serão alterados devido a situações não previstas e que atinjam a turma ou o professor, com ciência da Coordenação;</li> <li>- A participação de todos é muito importante;</li> <li>- A participação em aula só será considerada, para efeitos de avaliação, se o discente a fizer refletindo o conteúdo da disciplina e dentro do debate ou análise estabelecidos em aula;</li> <li>- Os discentes, podem, a qualquer momento questionar o professor e/ou contribuir com a disciplina;</li> <li>- Não serão tolerados trabalhos plagiados, seja plágio cópia ou plágio conceitual.</li> </ul>	
---	--



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS  
PRÓ REITORIA DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO

Referências

ACCA, Thiago dos Santos. **Teoria brasileira dos direitos sociais**. São Paulo: Saraiva, 2013.

ALEXY, Robert. **Theorie der Grundrechte**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1994.

DERBLI, Felipe. **O princípio da proibição de retrocesso social na constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Renovar, 2007. p.

GIUFFRÈ, Felice. **La solidarietà nell'ordinamento costituzionale**. Milano: Giuffrè, 2002.

ILIOPOULOS-STRANGAS, Julia (Hrsg.). **Soziale Grundrechte in Europa nach Lissabon**. Eine rechtsvergleichende Untersuchung der nationalen Rechtsordnungen und des europäischen Rechts. Baden-Baden: Nomos, 2010.

LEIVAS, Paulo Gilberto Cogo. **Teoria dos direitos fundamentais sociais**. Porto Alegre: Livraria dos Advogados, 2006.

MARQUES, Mário Reis. A dignidade humana como *prius* axiomático. In: **Boletim da Faculdade de Direito**. Coimbra: Coimbra, 2010. p. 541-566.

MASSAÚ, Guilherme Camargo. **O princípio republicano constituinte do mundo-da-vida do Estado constitucional cosmopolita**. Ijuí: Unijuí, 2016.

\_\_\_\_\_. **Princípios Constitucionais e Relações Internacionais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2018.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Eficácia das normas constitucionais e direitos sociais**. São Paulo: Malheiros, 2010.

MORAIS, José Luis Bolzan de e BRUM, Guilherme Valle. **Políticas públicas e jurisdição constitucional**. Entre direitos, deveres e desejos. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2016.

NETTO, Luísa Cristina Pinto e. **O princípio de proibição de retrocesso social**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

NOVAIS, Jorge Reis. **A dignidade da pessoa humana**. Dignidade e direitos fundamentais. v. I, Coimbra: Almedina, 2015.

\_\_\_\_\_. **A dignidade da pessoa humana**. Dignidade e inconstitucionalidade. v. II, Coimbra: Almedina, 2016.

\_\_\_\_\_. **As restrições aos direitos fundamentais não expressamente autorizadas pela constituição**. 2 ed. Coimbra: Wolters Kluwer/Coimbra, 2010.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A Eficácia dos Direitos Fundamentais**. Uma Teoria

Geral dos Direitos Fundamentais na Perspectiva Constitucional. 10. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

SCHOLZ, Sally J. Solidarity as a Human Right. In: **Archiv des Völkerrechts**. Band 52, Heft. 1. März. Tübingen: Mohr Siebeck, 2014. p. 49-67.

SOMMERMANN, Karl-Peter. Some Reflections on the Concept of Solidarity and its Transformation into a Legal Principle. In: **Archiv des Völkerrechts**. Band 52, Heft. 1. März. Tübingen: Mohr Siebeck, 2014. p. 10-24.